

**TEORIZANDO SOBRE MULHERES E SEXUALIDADE
UMA TENTATIVA DE REVISÃO TEÓRICA**

Léa Menezes de Santana¹
Lindinalva da Silva Rubim²

Resumo: Este artigo pretende discutir as possíveis visões sobre a sexualidade feminina na sociologia e as contribuições que o pensamento feminista deram a este campo de estudos. Na sequência, apresentamos uma nova perspectiva midiática para a representação da sexualidade feminina com a chegada da pornografia feminista.

Palavras-chave: pornografia, feminismo, cinema

Imagens de mulheres como vítimas são frequentes nos estudos de gênero. Desde os primeiros textos sobre a história das mulheres, antes mesmo da “invenção” do feminismo, as mulheres eram retratadas como frágeis, menos preparada para a vida política, incapazes de gerenciar suas vidas. Não à toa, a teoria feminista, como área de estudos legítima, dedicou-se primeiramente a investigar a origem da subordinação das mulheres e os motivos da sua menos valia na vida social e política. Quando tratamos especialmente dos estudos sobre sexualidade, tal imagem vitimizante se faz ainda mais presente, com frequentes menções a perigo, subordinação, dominação, objetificação ou mesmo à indefinição do que seria a sexualidade feminina (vide estudos como os Relatórios Kinsey, por exemplo). Se por muitos anos a visão feminista sobre a realidade da vida das mulheres foi fortemente marcada por investigações visando identificar e/ou caracterizar os sistemas de dominação ao qual as mulheres são submetidas nos campos da educação e da política, por exemplo, no campo da sexualidade não é diferente. Raros são os estudos enfocando o prazer ou a livre fruição da sexualidade feminina.

As teorias clássicas sobre as relações de poder entre homens e mulheres atribuíam ao patriarcado³ e o falocentrismo a origem da violência sofrida pelas mulheres nos diversos

¹ Relações Públicas; especialista em Gênero e Desenvolvimento Regional com concentração em Políticas Públicas; mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. leasantna@gmail.com.

² Professora Associada Nível I da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Centro de estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA. lrubim@ufba.br



âmbitos da sociedade. Os discursos feministas de certas correntes ainda hoje utilizavam uma lógica fixa e dualista de vítima x algoz, que engessava o papel das mulheres como subalternas e frágeis, tirando-lhes qualquer possibilidade de empoderamento e agenciamento próprios (GREGORI, 2003:90). Os estudos sobre sexualidade feminina se fazem importantes especialmente por que “repensar as relações entre os sexos, a sexualidade e a reprodução biológica e social é, assim, repensar as relações de dominação de um sexo sobre outro e toda a estrutura de relações sociais montadas a partir desta relação” (LOYOLA, 1999:34).

O primeiro estudo sistemático sobre a sexualidade data de 1929, quando Malinowski observou a sexualidade entre os povos Trobriandeses com a justificativa de que a sexualidade seria crucial na formação das identidades sociais e individuais (GREGORI, 2008). Tal concepção até hoje é pertinente para os pesquisadores deste tema. Em muitos estudos a sexualidade aparece como elemento constituinte da formação pessoal dos indivíduos, como integrante das políticas sociais e/ou referência para construção de códigos legais, morais e sociais. Para compreensão dos princípios norteadores da discussão que se segue tomo de empréstimo as palavras de Guacira Louro (2000:08) ao afirmar que “primeiro a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas social e política; segundo, ao fato de que a sexualidade é ‘aprendida’, ou melhor, é construída ao longo de toda vida, de muitos modos, por todos os sujeitos”.

Um grande desafio dos estudos sobre a sexualidade é quanto à sua definição. Dentro de certos quadros teóricos, a sexualidade pode referir-se ao ato e performances sexuais, fantasias eróticas ou a masculinidade e feminilidade (PARKER, 2000). Para a sociologia e a antropologia, por exemplo, a sexualidade pode ser estudada como constitutiva da ordem social; já para a psicanálise como constitutiva da subjetividade e da identidade individual; enquanto que para a medicina a abordagem se daria por um viés biológico ou genético (LOYOLA, 1999:32). De forma geral é possível perceber o quanto tais abordagens têm uma carga muito fortemente baseada em visões da sexualidade como ligada à reprodução, genitalidade e heterossexualidade, e com fundamentos na biologia e natureza.

A construção do campo teórico sobre a sexualidade

Se hoje os estudos sobre sexualidade humana têm reconhecimento e legitimidade acadêmicas, houve um longo percurso a ser percorrido. Até os anos 1970 não havia interesse

³ Trabalharemos com o conceito de patriarcado das feministas radicais que o definem como “um sistema sexual de poder, como a organização hierárquica masculina da sociedade que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho” (COSTA, 1998:30)

algum neste campo de investigações. Os poucos estudos correntes eram esforços isolados de pesquisadores-ativistas, não acadêmicos e/ou pesquisadores independentes, mais ligados a preocupações políticas e sociais (VANCE, 1995). A história da sexualidade sequer era um tópico a ser levado a sério, como também era duvidosa a moral das pessoas que se engajavam em tais pesquisas.

Gayle Rubin reforça tais argumentos afirmando que, no meio acadêmico, existia a concepção de que “a sexualidade pode parecer um tópico sem importância, um desvio frívolo de problemas mais críticos como a pobreza, a guerra, a doença, o racismo, a fome ou a aniquilação nuclear” (RUBIN, 1984). Com tantos temas mais importantes e mais urgente a investigar, os estudos sobre a sexualidade eram dispensados à categorias de menor interesse teórico.

A partir da década de 1980, com a epidemia da AIDS, foi a medicina que passou a interessar-se pelos estudos da sexualidade. Preocupados com os avanços da doença e a disseminação do vírus, infectologistas e epidemiólogos dedicaram-se a entender o comportamento e práticas sexuais das sociedades, objetivando o controle da epidemia, o que fez com que os estudos empíricos sobre a sexualidade multiplicassem significativamente. No entanto, se estes estudos chamaram à atenção para a necessidade de investigações mais profundas sobre a sexualidade, também

“contribuíram para que ela terminasse por ser, com freqüência, associada à sua dimensão puramente comportamental, reforçando uma concepção, além de redutora e racional, biologizante e naturalizada da sexualidade, que alguns trabalhos de cunho histórico e feminista vinham tentando ‘desconstruir’” (LOYOLA, 1993:31)

Ainda hoje permanece o desafio para os estudos da sexualidade: afastar-se das teorias baseadas apenas na diferenças biológicas entre homens e mulheres e nos conceitos materialistas que, apesar de considerar a influência da cultura e do social, ainda relacionam a sexualidade a visões essencialistas do corpo e da natureza (LOYOLA, 1999).

Até a década de 1970 as ciências sociais trabalhavam com modelos binários de sexo, dividindo as sociedades em homens e mulheres, cada sexo com características bem definidas e antagônicas. Um dos primeiros trabalhos a ganhar relevância no meio acadêmico é o (até hoje celebrado) clássico estudo de Michel Foucault, *A História da Sexualidade*, lançado em 1977. De fato Mary McIntosh já havia escrito, em 1968, um rigoroso estudo sobre a homossexualidade na Inglaterra, *The Homosexual Role*, iniciando um novo modelo teórico conhecido como “modelo de construção social”, já sinalizando para o quanto cultural e específico existia na vivência gay britânica, porém tal estudo só teve reconhecimento ao final

dos anos 1970 (VANCE, 1995). Foi também outro estudo sobre a homossexualidade na Grã-Bretanha, escrito pelo historiador Jeffrey Weeks, que confirmou este modelo teórico para pensar as questões da sexualidade e que iniciaram a legitimação do tema como local de produção teórica. Baseado no ensaio de McIntosh, Weeks traçou um paralelo entre a identidade homossexual e o desenvolvimento socioeconômico da Inglaterra, apontando para a importância das influências culturais na construção das identidades sexuais. Vance (1995) contrasta essa teoria com o modelo da “influência cultural”, no qual a sexualidade é concebida como um estado universal, imutável, mediado em maior ou menor extensão pelo contexto cultural.

Não é á toa que os estudos gays e lésbicos clamam para si o domínio (ou propriedade) sobre os estudos sobre a sexualidade. Os primeiros pesquisadores a desafiar a fixidez das categorias e identidades sexuais tinham como objeto de interesse tais grupos marginalizados e historicamente desqualificados. Relações entre seres do mesmo sexo não constavam como legítimos na literatura acadêmica (VANCE, 1995). Foi, em grande parte, pela insistência destes pesquisadores, que a sexualidade ganhou relevância como campo teórico.

O movimento feminista também teve uma boa parcela de influência nesta seara ao intensificar as investigações feministas sobre a subordinação feminina. Os estudos mais recentes, especialmente na área das ciências sociais e humanas, têm se esforçado por desconstruir concepções naturalizadas da sexualidade humana, especialmente buscando desfazer concepções naturalizadas, especialmente buscando desfazer os laços entre reprodução e sexualidade. Mesmo as noções de identidade de gênero, do que significa ser macho ou fêmea, noções antes tidas como fixas e imutáveis, têm sido reexaminadas e questionadas. Dentro dos recentes esquemas teóricos, os contextos culturais e sociais são considerados como relevantes, elementos também constitutivos da construção das identidades de gênero. O que faz com que um macho ou fêmea biológicos se transformem em homens e mulheres (heterossexuais, homossexuais, bi, trans ou mesmo seres não sexuais), e como atuam socialmente estes homens e mulheres são frutos de processos de socialização, modelados a partir de suas culturas específicas.

Estudos sobre sexualidade intensificaram-se com a epidemia da AIDS, nos anos 1980. Nesta época muito do discurso em voga tinha origem nas disciplinas da medicina (infecologia e epidemiologia) com a preocupação em entender os comportamentos e práticas sexuais, objetivando o controle da epidemia. Paralelo a isso, influenciadas pelos movimentos gays e lésbicos e pelo movimento feminista, pelas mudanças culturais e sociais da época, também a antropologia cultura e as ciências sociais passaram a incorporar a sexualidade

dentre seus objetos de estudos (ver LOYOLA 1999, WEEKS 2000, PARKER 2000, VANCE, 1995, dentre outros).

Outro desafio dos estudos sobre a sexualidade é quanto a sua definição. Dentro de certos quadros teóricos a sexualidade pode referir-se ao ato e performances sexuais, fantasias eróticas ou a masculinidade e feminilidade (PARKER 2000). Para a antropologia e a sociologia, por exemplo, a sexualidade pode ser estudada como constitutiva da ordem social; já para a psicanálise como constitutiva da subjetividade e da identidade individual; enquanto que para a medicina a abordagem se daria por um viés biológico ou genético (LOYOLA, 1999:32). De forma geral, infelizmente, é possível perceber o quanto tais abordagens têm uma carga muito fortemente baseada em visões da sexualidade como ligadas à reprodução, genitalidade e heterossexualidade, e com fundamentos na biologia e na natureza.

“É através desse processo de socialização sexual que os indivíduos aprendem os desejos, sentimentos, papéis e práticas sexuais típicos de seus grupos de idade ou de status dentro da sociedade, bem como as alternativas sexuais que suas culturas lhes possibilitam” (PARKER, 2000:131).

Debates sobre a sexualidade dentro dos feminismos

A relação das mulheres com a sexualidade foi abordada, com maior ou menos ênfase, por todas as correntes de pensamento feministas, mas um debate, em especial, marca a história do movimento. Este debate, que ocorreu mais fortemente entre as décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos, teve como participantes as mais ativas teóricas, especialmente do feminismo lésbico: as feministas pró-sexo (ou anti-censura) e as feministas anti-pornografia. Chamada de “Feminist Sex Wars”, a discussão girou em torno das formas de se alcançar a liberdade sexual da mulher e de como as práticas sexuais poderiam ser opressoras ou emancipadoras para as mulheres. Neste âmbito, no que diz respeito à pornografia, o discurso feminista se dividia em dois grandes posicionamentos: as anti-pornografia enxergavam nos produtos pornográficos uma violência para com as mulheres e cujo teor do discurso pode ser sintetizado com a máxima da feminista Robin Morgan – “a pornografia é a teoria; o estupro é a prática”; as pró-sexo entendiam que havia um grande potencial a ser explorado naquela prática, este só não havia ainda sido descoberto.

As bases deste debate estão no início dos anos 1970, quando os Estados Unidos passavam por um momento de intensa repressão à sexualidade por grupos religiosos e políticos republicanos da extrema direita. Paralelo à cultura hippie, à descoberta da pílula contraceptiva e aos movimentos pelo amor livre, crescia na sociedade americana um movimento de intensificação das leis contra o aborto, impedimentos de extensão aos diretos

dos homossexuais e intensa propaganda incentivando as mulheres a abandonarem a esfera pública e retornassem aos cuidados da família e do lar. Esta retórica normativa e opressora era o que caracterizava a *New Right* (GREGORI, 2004).

Ironicamente o movimento da *New Right* teve uma boa recepção por uma parcela do movimento feminista lésbico. Tais grupos, que defendiam o lesbianismo como uma opção política, acreditavam que toda relação heterossexual era uma relação de subordinação, em que a mulher sempre seria dominada por seu parceiro masculino. Apesar de muitas destas teóricas e ativistas serem ligadas aos movimentos denominados de feminismo radical (com bases marxistas e, por princípio, contrários aos ideais republicanos), houve uma certa coalisão de interesses entre os grupos. O feminismo radical postula que a origem da subordinação e opressão feminina está no patriarcado, ou seja, no poder da supremacia masculina, justificado pelas diferenciações sexuais inatas a cada sexo. E se, para algumas estudiosas, a pedra fundamental para manutenção do patriarcado era a capacidade reprodutiva das fêmeas, para outro segmento a resposta encontrava-se na própria sexualidade. Mostrando sua origem marxista, Catherine MacKinnon afirma que

“(a) sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: o que é mais próprio de cada um e o que mais se tira de cada um... A sexualidade é este processo social que cria, organiza, expressa e direciona o desejo, criando os seres sociais que conhecemos como homens e mulheres, do mesmo modo como suas relações criam a sociedade... Assim como a expropriação organizada do trabalho de alguns para o benefício de outros define uma classe – a dos trabalhadores – a expropriação organizada da sexualidade de alguns para o uso de outros define o sexo, mulher” (MACKINNON, 1982:515).

E foi com base neste estranho casamento que parte do feminismo radical voltou suas armas contra instituições heterossexuais como o casamento, a pornografia e a prostituição, dentre outras (GREGORI, 2004). Foi também de dentro dos movimentos feministas lésbicos que surgiu o contra-ataque ao puritanismo. Entendendo que as leituras anti-pornográficas fixavam a relação entre sexualidade e modelos de dominação, como também com posições estáticas e essencialistas de gênero, um grupo de estudiosas e ativistas (lésbicas e heterossexuais) saiu em defesa de uma nova leitura da sexualidade que implica na ideia de que a liberdade sexual da mulher pode sim ser empoderadora. Em 1982 uma conferência realizada no Bernard College, em Nova Iorque, deu origem ao mais rico material já produzido sobre tal discussão. Desta conferência foi lançado o livro marco das discussões feministas sobre a sexualidade e dois artigos são historicamente citados como pioneiros na tentativa de criar uma nova teoria para a sexualidade. Carole Vance (1995) foi quem destacou os limites

para os estudos da sexualidade dentro da antropologia, como também apontou para a falta de credibilidade das pesquisas e pesquisadoras(es) que ousavam tratar destes temas. Na visão desta teórica, a antropologia, além de ter por muito se esquivado a tratar com seriedade esta área de estudos, também teve uma atuação deveras pudica e um tanto covarde, inclusive cerceando possibilidade de financiamento de pesquisa e desencorajando jovens pesquisadoras(es) interessadas(os) no tema.

Já Gayle Rubin, autora de mais um artigo da citada coletânea, afasta do campo do feminismo a arena mais apropriada para tais discussões. Rubin defende que uma disciplina que modela e direciona as expressões da sexualidade e organiza a sociedade em dois sexos antagônicos (homem e mulher) não seria a mais apropriada para tratar das relações de poder ali presentes (BUTLER, 1997; GREGORI, 2004). Rubin também salienta a necessidade de se observar as relações sociais, culturais e de poder presentes nas interações dos casais homossexuais e mesmo entre casais heterossexuais, mas que têm práticas não-convencionais. Neste artigo ela também apresenta um sistema hierárquico de valoração dos indivíduos baseado nas suas condutas sexuais, em que fetichistas, praticantes de sadomasoquismo ou pessoas com interesses sexuais em parceiros de idades muito díspares (sejam estes indivíduos homens ou mulheres, hetero homossexuais) seriam visto como menos valoráveis e até com menos direito à cidadania (RUBIN, 1984).

As feministas pro-sexo defendiam que a livre expressão sexual é parte fundamental da libertação do patriarcado, inclusive afirmando que a pornografia é um produto pensado para homens, mas que esta também possui um potencial subversivo que não foi totalmente aproveitado. A canadense Wendy McElroy é uma das defensoras desta corrente apontando que “a pornografia beneficia as mulheres tanto pessoal quanto politicamente” (McElroy, 1995), visto que quebra com estereótipos culturais e políticos e oferece outras possibilidades de atuação sexual que não são comumente apresentadas. Ademais, segundo McElroy, a pornografia e o feminismo advogam em prol de uma causa comum: a liberdade sexual da mulher.

E para complexificar a discussão...

Ainda mais complexos são os esforços por estudar as práticas sexuais e eróticas ditas dissidentes (ou seja as que não estão em conformidade com o que chamamos de senso comum), visto que estas “desafiam os efeitos políticos da abjeção/repugnância” (DÍAZ-BENÍTEZ, FÍGARI, 2009:21). Neste terreno estão as práticas mal-vistas ou estigmatizadas, os seres que transgridem as regras do socialmente aceitável, o estranho, o incomum. São estas práticas que habitam o terreno das abjeções e da não-aceitação, trazendo noções de sujeira,

pecado e erro, fazendo com que seus praticantes também caíam no mesmo sistema de valoração, tornando-se sujeitos menos valoráveis, até mesmo menos cidadãos (RUBIM, 1984). A medicina e a psiquiatria foram grandes responsáveis por criar tais categorias ao caracterizar como anomalias tudo que parecia “fora de lugar”. Já a religião, o direito e a moral se encarregaram não apenas de alimentar tais noções, como também de fazê-las entranhar-se na vida social (DÍAZ-BENÍTEZ, FÍGARI, 2009:23).

Louro (2000:443) ao apresentar o cinema como uma pedagogia cultural – explicitando como este veicula comportamentos, valores, ideias acerca do ser homem e do ser mulher, sobre sexualidade -, frisa a importância desta arte nos processos de normatização dos indivíduos. O mesmo ocorre entre as demais mídias de massa que, dentro do contexto da globalização da informação, funcionam como agentes de disseminação da cultura contemporânea, auxiliando na formação de comportamentos das sociedades. Nesta perspectiva, “com o advento do cinema e da televisão, as normas da feminidade (sic) passaram cada vez mais a ser transmitidas culturalmente através do desfile de imagens visuais padronizadas” (BORDO, 1997).

A pornografia, enquanto produto cultural, tem data e local de nascimento, como também propósito e objetivo específicos. Apesar de imagens representativas do corpo humano, de órgãos sexuais ou cenas de sexo estarem presentes em diversos momentos e locais na história das civilizações, o termo pornografia só passou a ser definido da forma como hoje o entendemos e difundido a partir do século XIX (HUNT, 1999). O primeiro dicionário a registrar o termo pornografia ou suas derivações foi o Oxford English Dictionary, em 1857. Até o final do século XVIII a pornografia era uma forma de contestação, de crítica às autoridades religiosas e políticas. A partir da popularização da escrita e das tecnologias de impressão iniciadas no século XIX, a pornografia tomou o rumo mais comercial e passou a ser difundida mais amplamente, já com o objetivo de produzir excitação e prazer sexual. (KAMPF, 2008).

Mas mesmo como instrumento de contestação, a pornografia sempre teve como principal público alvo a elite masculina e urbana. Com a Revolução Francesa entram em pauta discursos mais populares, o que ampliou as possibilidades de consumo deste produto para as classes trabalhadoras. Outras mudanças aconteceram entre os séculos XVIII e XIX, causadas pelos novos ideais e padrões morais da época. Era necessário, portanto, marcar a diferença entre os sexos, na vida política e social, e isto pode ser percebido também na narrativa pornográfica (KAMPF, 2008).

O cinema, de uma forma geral, sempre foi visto como um território masculino tanto de produção de conteúdo como de área de criação. Ironicamente a crítica feminista ao cinema utiliza-se da psicanálise, também vista com certa desconfiança pela teoria feminista, para justificar tal afirmação. Laura Mulvey, ainda em 1975, já se inspirava nos escritos de Freud para explicar como o cinema “reflete, revela e até participa da interpretação heterossexual socialmente estabelecida da diferença sexual que controla as imagens, as formas eróticas de olhar e observar”. Na mesma corrente de Mulvey, Kaplan (1983) defende que o cinema e a psicanálise nasceram de uma mesma estrutura social e capitalista surgida no final do século XIX que exigia a criação de um artefato capaz de libertar o inconsciente como também de uma ferramenta de análise que “compreendesse e ajustasse os distúrbios causados por estas estruturas restritivas”. Ela também aponta para como a psicanálise pode ser útil para entender a nossa socialização dentro do patriarcado e de como os filmes comerciais se constituíram em modelo capaz de “satisfazer os desejos e necessidades criados pela organização familiar do século XIX”.

Kaplan (1995) avança na discussão alegando que o cinema hollywoodiano usa os mitos patriarcais para posicionar a mulher como o Outro, dando especial destaque ao gênero melodrama - que ela afirma ser destinado às mulheres, tal qual o faroeste seria um gênero destinado aos homens - na função de limitar e educar as mulheres a aceitar tais restrições como naturais. Por outro lado, teríamos o cinema alternativo como um terreno fértil para o nascimento de um novo cinema, radical tanto no senso político quanto estético, visto que desafia noções básicas dos filmes mainstream. Tal transformação não seria uma rejeição moral ao último, mas uma ênfase nas formas como as preocupações formais cinematográficas refletem as obsessões psíquicas da sociedade que o produz, e que o cinema alternativo reage contra tais obsessões e noções básicas. (MULVEY, 1999)

A feminista Susan Bordo (1997) afirma que nosso corpo é um texto da cultura. Tal afirmação nos remete à clássica frase de Beauvoir “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” uma vez que sinaliza para o fato dos nossos corpos serem também controlados e “adestrados” com um propósito. O gestual, o vestuário, os cuidados e limitações que impomos aos nossos corpos não só são ditados pelo nosso entorno, como também descrevem e afirmam as nossas identidades. Identidades estas que vão se constituindo ao longo da existência dos sujeitos e para o qual o processo de socialização é fundamental. Louro (2000, p. 443) ao apresentar o cinema como uma pedagogia cultural – explicitando como este veicula comportamentos, valores, idéias acerca do ser homem e do ser mulher, sobre sexualidade -, frisa a importância desta arte nos processos de normatização dos indivíduos.

O mesmo ocorre nas mídias de massa que, dentro do contexto da globalização da informação, funcionam como agentes principais de disseminação da cultura contemporânea, auxiliando na formação de comportamentos das sociedades. Nesta perspectiva, “com o advento do cinema e da televisão, as normas da feminidade (sic) passaram cada vez mais a ser transmitidas culturalmente através do desfile de imagens visuais padronizadas” (BORDO, 1997). Nesta perspectiva, abriu-se um novo nicho: a pornografia feita para mulheres, na maioria também produzida e dirigida por mulheres, auto-intitulada de “pornografia feminista”. Diretoras desta linha apontam que seus filmes são diferentes por buscarem a igualdade da importância do prazer de todos os envolvidos no ato, sejam homens ou mulheres; com diferenciações na estética e roteiros, procurando criar situações em que as mulheres pudessem se perceber como protagonistas e não apenas coadjuvantes. O objetivo destas produções, segundo as próprias diretoras, é mostrar o ato sexual com mais respeito às mulheres.

Na produção acadêmica feminista, a questão do “pornô feminista” ainda não foi estudada,⁴ constituindo uma lacuna tanto nas disciplinas que tradicionalmente trabalham com as questões da pornografia, como os próprios estudos feministas e de gênero. Talvez, com a pornografia feminista, estejamos diante da possibilidade de uma releitura de um dos maiores ícones da opressão sexual da mulher, de novas possibilidades narrativas, além de uma possível mudança da representação da sexualidade feminina.

Bibliografia

BORDO, Susan. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alisson M; BORDO, Susan R. (org). Gênero, corpo, conhecimento. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos tempos, 1997.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira e FÍGARI, Carlos. “Sexualidades que importam: entre a perversão e a dissidência”. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira & FÍGARI, Carlos Eduardo. Prazeres dissidentes. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, PP 21-30.

GREGORI, Maria Filomena. Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex shops e S/M. In: GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana e CARRARA, Sérgio (org). Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. PP: 235-255

KAPLAN, A. A mulher e o cinema – os dois lados da câmera. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

4 Pesquisa feita ao banco de teses da CAPES em setembro de 2010 mostra que, de 83 trabalhos, entre dissertações de mestrado e doutorado, com o tema pornografia, nenhum destes trata do tema em questão.

- LOYOLA, Maria Andréa. A sexualidade como objeto de estudo das Ciências Humanas. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. PP 31-39
- MCELROY, Wendy. XXX: A Woman's Right to Pornography. St. Martin's Press. New York, NY, 1995
- MULVEY, Laura. "Visual Pleasure and Narrative Cinema." *Film Theory and Criticism: Introductory Readings*. Eds. Leo Braudy and Marshall Cohen. New York: Oxford UP, 1999: 833-44.
- PARKER, Richard. Cultura, economia, política e construção social da sexualidade. In LOURO, Guacira Lopes (org). O corpo educado – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. PP. 125-150
- RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the Politics of sexuality. In VANCE, Carole. Pleasure and danger: exploring female sexuality. Pandora Press, (1984)
- VANCE, Carole. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário Teórico. Physis – Revista de Saúde Coletiva vol 5, no 1, 1995. PP.07-31